



# Considerações sobre as despesas das receitas do ETS2



Co-funded by  
the European Union

A UE deve colmatar lacunas de investimento anuais de, pelo [menos, 137 mil milhões de euros](#) no setor da construção e [de, pelo menos, 147 mil milhões de euros no setor dos transportes domésticos](#), a fim de cumprir as suas metas para 2030. As receitas do CELE2 podem desempenhar um papel fundamental na colmatação desta lacuna.

Espera-se que o CELE2 gere receitas significativas, estimadas entre [342 mil milhões e 570 mil milhões de euros](#) entre 2027 e 2032, dependendo do preço do carbono. No entanto, o seu sucesso depende, em parte, da forma como as suas receitas são utilizadas para compensar os seus impactos, redistribuindo-as aos mais afetados e financiando alternativas limpas e acessíveis aos combustíveis fósseis.

A receita total é distribuída por vários canais. Até 65 mil milhões de euros são atribuídos diretamente ao SCF, sendo posteriormente distribuídos aos Estados-Membros de acordo com o PIB, a população e a pobreza energética. Outros 21,6 mil milhões de euros são atribuídos aos Estados-Membros, que podem utilizá-los para cofinanciar o SCF, uma vez que têm de cofinanciar pelo menos 25 % dos seus projetos SCF. A maior parte — estimada entre 209 e 448 mil milhões de euros, dependendo do preço do carbono — é devolvida aos Estados-Membros para «atividades relacionadas com o clima e a energia», com diretrizes menos restritivas sobre como deve ser direcionada e maior discricionariedade sobre a sua utilização.

**Figura 11. Distribuição das receitas dos leilões do CELE2**



## Financiamentos para atividades climáticas

Em resultado da última revisão do CELE, após a contribuição do SCF, 100 % das receitas atribuídas aos Estados-Membros devem ser gastas em «atividades relacionadas com o clima e a energia», tal como especificado no artigo 10.º, n.º 3, da diretiva CELE, dando prioridade aos aspetos sociais (artigo 30.º-D, n.º 6).

Isto inclui medidas destinadas a contribuir para:

- Descarbonização dos edifícios: reduzir as emissões e as necessidades energéticas para aquecimento e refrigeração, incluindo a integração de energias renováveis e medidas conexas, bem como o apoio financeiro a famílias de baixos rendimentos em edifícios com pior desempenho.
- Acelerar a mobilidade com emissões zero: apoiar a adoção de veículos elétricos, prestar apoio financeiro à implantação de infraestruturas de recarga.
- Promover os transportes públicos: incentivar a transição para os transportes públicos e melhorar a multimodalidade, com apoio financeiro para abordar os aspetos sociais relativos aos utilizadores de transportes com baixos e médios rendimentos.
- Financiar o seu PSC: apoiar as medidas descritas no PSC nacional.
- Prevenir a dupla contagem: fornecer compensação financeira aos consumidores finais de combustíveis nos casos em que a dupla contagem de emissões não pode ser evitada.

No entanto, embora os Estados-Membros sejam livres de decidir o que constitui uma ação climática, investigações anteriores revelaram que, historicamente, grande parte das receitas do RCLE (Regime de Comércio de Licenças de Emissão) foi atribuída a despesas não adicionais e utilizada para contabilizar despesas já existentes, ou mesmo para financiar investimentos em combustíveis fósseis. [De acordo com as conclusões da WWF](#), entre 2013 e 2021, apenas 71,9% dos 88,5 mil milhões de euros de receitas do CELE foram declarados como tendo sido gastos em ações climáticas — um número que, por si só, é enganador, uma vez que [a análise sugere](#) que pelo menos 12,4 mil milhões de euros destes chamados

gastos climáticos foram destinados a atividades que foram inúteis ou mesmo contraproducentes em termos climáticos.

Isto reduz a percentagem das receitas do CELE gastas em ações climáticas genuínas para apenas 57,8%. A Polónia tem o maior volume de receitas do CELE não atribuídas a ações climáticas – superior a 6,5 mil milhões de euros, seguida de perto pela Itália. Além disso, os relatórios dos Estados-Membros estão repletos de inconsistências, classificações opacas e, em muitos casos, falta de transparência. Países como a Áustria e os Países Baixos reportaram zero gastos climáticos em alguns anos, citando regras orçamentais nacionais que impedem a afetação de verbas. Outros, como a França, transferiram ambigualmente as receitas do CELE para os seus orçamentos gerais, rotuladas como «ação climática», sem justificação. [Estas alocações erradas](#) contradizem os objetivos climáticos da UE e correm o risco de perpetuar sistemas energéticos com elevadas emissões de carbono.

Com a introdução do CELE2, os cidadãos, ao contrário da indústria, não receberão licenças gratuitas, o que significa que o custo total da fixação do preço do carbono será transferido para eles. Se os Estados-Membros continuarem a investir as suas receitas do CELE em sistemas energéticos com elevadas emissões de carbono, correm o risco de consolidar a dependência de fontes de energia poluentes e cada vez mais caras. Isto não só atrasa a transição para alternativas limpas, como também impõe encargos financeiros desproporcionais aos cidadãos, à medida que os preços do carbono aumentam, especialmente nos Estados-Membros com rendimentos mais baixos. Sem uma afetação de verbas aplicável e regras mais claras sobre as despesas elegíveis para o clima, o potencial transformador das receitas do CELE continua em risco.

## Investimento em alternativas mais limpas e apoio ao rendimento

As medidas estruturais que visam mudanças a longo prazo devem andar a par com o alívio temporário e a proteção dos consumidores vulneráveis. Uma combinação de transferências diretas e investimentos direcionados pode reduzir a desigualdade em matéria de energia e transportes, mas o apoio ao rendimento deve ser direcionado dentro de uma eficiência razoável dos recursos e acompanhado por investimentos

transformadores para abordar a causa principal da pobreza energética: a dependência dos combustíveis fósseis.

[Os pagamentos diretos direcionados](#) proporcionam um alívio imediato do impacto da fixação do preço do carbono, protegendo o poder de compra das famílias, e podem ajudar a manter o apoio público à transição. Se forem efetuados de forma visível e regular, ajudam a manter a confiança do público de que as receitas estão a ser devolvidas aos cidadãos, em vez de serem absorvidas pelos orçamentos gerais. É importante referir que, uma vez que estes pagamentos não estão ligados ao uso de combustíveis fósseis, não enfraquecem o sinal do preço do carbono.

Não existe uma abordagem única; os Estados-Membros têm flexibilidade para conceber regimes de pagamento adequados ao seu contexto nacional. Alguns podem optar por uma segmentação baseada no rendimento, enquanto outros podem utilizar critérios geográficos ou demográficos, ou combinar pagamentos universais com tributação progressiva. O que importa é que o apoio chegue àqueles que mais precisam, de uma forma visível, justa e administrativamente viável. Os pagamentos diretos bem concebidos e socialmente direcionados não substituem o investimento estrutural, mas são antes um pilar necessário de uma transição justa.

A legislação da UE oferece múltiplas vias para apoiar pagamentos direcionados para aqueles que são mais afetados pela pobreza energética. O SCF permite que até 37,5 % da sua dotação seja utilizada para apoio direto temporário ao rendimento, mas o seu limite máximo restringe o seu impacto, especialmente se os preços subirem inesperadamente. Por conseguinte, as receitas do CELE2 fora do SCF — atribuídas diretamente aos Estados-Membros — tornam-se uma fonte de financiamento crítica. A Diretiva CELE já incentiva a priorização de utilizações que abordem os aspetos sociais do comércio de emissões, incluindo disposições específicas para apoio financeiro para abordar os aspetos sociais relativos aos utilizadores de rendimentos baixos e médios.

## Benefício social climático

Com a UE a enfrentar um [défice de investimento anual de 240 mil milhões de euros](#) para descarbonizar edifícios e transportes, as receitas do CELE2 oferecem uma oportunidade crucial para colmatar este défice, proporcionando simultaneamente melhorias reais na vida

quotidiana das pessoas – casas mais quentes, ar mais limpo e contas de energia mais baixas.

Quando utilizadas estrategicamente, estas receitas podem ir além de aliviar o custo da fixação do preço do carbono e ajudar a impulsionar o progresso social e económico a longo prazo. Atualmente, muitas famílias enfrentam a pobreza energética: em 2024, [9 % das famílias da UE não conseguem manter as suas casas adequadamente aquecidas](#), com a percentagem a ultrapassar os 15 % na Grécia, Bulgária, Lituânia, Espanha e Portugal. Ao combater a pobreza energética e de transportes, especialmente entre os grupos vulneráveis, a transição não é apenas de baixo carbono, mas também socialmente benéfica.

Os investimentos em eficiência energética, transportes públicos e energias renováveis também proporcionam importantes benefícios para a saúde, reduzindo a poluição atmosférica, que ainda [causa centenas de milhares de mortes prematuras na UE todos os anos](#). Reforçam igualmente a segurança energética da Europa, reduzindo a dependência dos combustíveis fósseis importados, protegendo os cidadãos dos choques de preços e reforçando a soberania da Europa. Investimentos bem direcionados podem apoiar a criação de empregos locais, melhorar a competitividade e fortalecer o desenvolvimento regional. O setor da construção, por si só, representa [mais de 10%](#) do PIB da UE e é dominado por PME, o que significa que renovações energéticas em grande escala podem desencadear oportunidades de negócios significativas e criar milhares de empregos verdes preparados para o futuro. Da mesma forma, acelerar a adoção de veículos elétricos no transporte rodoviário poderia sustentar os atuais empregos e níveis de produção automotiva na Europa, ao mesmo tempo que criaria novas oportunidades. [A T&E descobriu](#) que 100 000 novos empregos poderiam ser criados na cadeia de abastecimento de baterias e 120 000 na infraestrutura de carregamento até 2035. [Estudos](#) concluem que a UE poderia gerar mais de um trilhão de euros em benefícios socioeconómicos até 2030, se investir numa trajetória de transição mais ambiciosa.

## Publishing information

O CELE2 101 foi criado pelo projeto LIFE Effect (LIFE23 GIC-BE-LIFE EFFECT) sob a liderança da Carbon Market Watch, com contribuições dos membros do consórcio do projeto.

### **Authors:**

Eleanor Scott, especialista no mercado de carbono da UE , Carbon Market Watch

Jeanne Marullaz, estagiária de políticas da UE, Carbon Market Watch

### **Editor:**

Gavin Mair, especialista de comunicação, Carbon Market Watch

### **Tradução:**

ZERO- Associação Sistema Terrestre Sustentável

### **Disclaimer:**

As opiniões expressas neste briefing político são exclusivamente da Carbon Market Watch, do autor principal e dos membros contribuintes do consórcio LIFE Effect.

Para entrevistas ou mais informações sobre o uso e divulgação do conteúdo deste briefing, entre em contacto com: [gavin.mair@carbonmarketwatch.org](mailto:gavin.mair@carbonmarketwatch.org)



**Co-funded by  
the European Union**